

OS ESPAÇOS PÚBLICOS NAS CIDADES: AVALIAÇÃO QUALIQUANTITATIVA DAS PRAÇAS DE ITUIUTABA-MG

Lucas Alves Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, MG, Brasil
lapereira.geo@gmail.com

William Rodrigues Ferreira
Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia, MG, Brasil
wferreira@ufu.br

RESUMO

Este estudo tem como objetivo avaliar as praças da cidade de Ituiutaba (MG). Os critérios para a avaliação foram tomados a partir das funções de uma área verde urbana, sendo considerados os elementos ambientais, sociais e estéticos. Metodologicamente, o estudo esteve delimitado a partir de uma busca bibliográfica contendo os termos “espaço público”, “praças”, “espaços livres” e “áreas verdes”. Também foram realizadas atividades de campo para a apreensão da realização das funções, sendo a observação mediada pela utilização de ficha adaptada de Angelis, Castro & De Angelis Neto (2004) e de Souza & Amorim (2019); bem como a espacialização dos dados obtidos e a demonstração da avaliação quali-quantitativa com os respectivos desdobramentos. Foi possível constatar que a função ambiental está mais bem distribuída nas praças, ao longo de toda a cidade; por outro lado, qualitativamente, as funções sociais e estéticas se concentram nas praças centrais ou na proximidade do centro.

Palavras-chave: Espaço público. Praças. Áreas verdes urbanas. Avaliação. Ituiutaba.

PUBLIC SPACES IN CITIES: QUALITATIVE-QUANTITATIVE ASSESSMENT OF SQUARES IN ITUIUTABA-MG

ABSTRACT

This study aims at assessing the squares of the city of Ituiutaba (MG). The criteria for the evaluation were taken from the functions of an urban green area, considering environmental, social and aesthetic elements. Methodologically, the study was delimited from bibliographic search containing the terms “public space”, “squares”, “free spaces” and “green areas”. Field activities were also carried out for the apprehension of the performance of the functions, so the observation was mediated by the use of a form adapted from De Angelis, Castro & De Angelis Neto (2004) and from Souza & Amorim (2019). There was also spatialization of the data obtained and demonstration of the quali-quantitative assessment, with respective developments. It was possible to verify that the environmental function is better spreaded in the squares throughout the city; on the other hand, qualitatively, the social and aesthetic functions are concentrated in the central squares or nearby the city center.

Keywords: Public place. Squares. Urban green areas. Evaluation. Ituiutaba.

INTRODUÇÃO

O espaço público, desde seu surgimento, é um importante meio do convívio humano; desempenha importantes atribuições como ser o lugar das interações políticas e comunicativas, e também do comércio e da troca; além disso, há três séculos como o lugar do lazer coletivo. Portanto, o espaço público sempre foi parte indispensável da cidade e é indissociável da vida que nele habita.

Autores como Arendt (1991) e Habermas (2014) consideram a gênese da esfera pública e a respectiva espacialização (espaço público) na Ágora grega. Desde então, o espaço público se transformou sobremaneira se consideradas as revoluções urbanas, perpassando pela cidade política, comercial, pelo fechamento das cidades – durante a idade média, a cidade burguesa, a cidade industrial – com a intensificação do crescimento urbano – e pela cidade moderna, com a consolidação do urbano enquanto modo de vida (LEFEBVRE, 2019), e, por fim, chegando à contemporaneidade e à influência da virtualização promovida pela tecnologia.

Ao longo dos séculos, as dinâmicas de uso dos espaços públicos e dos espaços privados se modificaram significativamente, mais ainda, se mesclaram e se complexificaram, impactando diretamente na sociabilidade urbana. Não propomos, nesse momento, discorrer sobre a atual relação das pessoas com o espaço público e com o espaço privado; no entanto, é imprescindível evidenciar que o espaço público permanece como elemento fundamental da vida nas cidades, pois somente nele ocorre a vivência da diferença, fato que, marcadamente, qualifica o desenvolvimento da sociedade por meio da experiência pública, que fortalece os vínculos entre os habitantes e a cidade, indo do *habitat* ao habitar. Nesse sentido, é urgente que se busque a presença de espaços públicos acessíveis e qualificados, passíveis de pleno uso, nas mais diversas escalas de cidades.

Notadamente, em virtude das receitas escassas das prefeituras municipais, direcionando seus recursos para obras de “infraestrutura básica”, bem como em função de uma orientação mais privatista que assola a cidade contemporânea, os espaços públicos com qualidade se tornam escassos. Ao tratar das praças, Alex (2011, p. 126) argumenta que a maioria das praças podem ser consideradas antissociais ou mesmo “antipraças”, “inibindo o convívio e proporcionando a fragmentação do tecido urbano”.

Este fato é corroborado por Robba & Macedo (2010, p. 49), ao evidenciarem a “crônica falta de manutenção dos espaços livres públicos. Geralmente à mercê de exíguos e mal distribuídos orçamentos, os órgãos responsáveis fazem o possível para manter seus espaços livres”. Admitimos que devido a essas condições, e também pela incorporação da tecnologia ao cotidiano, parte significativa das pessoas se torna cada vez mais reclusa em suas casas. Por outro lado, existe ainda demanda que justifique a criação e qualificação de espaços públicos de convívio. Sendo assim, nossa proposta se justifica por ir além da constatação científica do ganho qualitativo a partir da presença de parques, praças, jardins, calçadas etc., e também por apresentar a atual situação do espaço público a partir das praças na cidade de Ituiutaba (MG).

De todo modo, é visível que durante a pandemia do Coronavírus, a disseminação do vírus ia se arrefecendo, e em alguns momentos, os espaços públicos abertos foram, em grande medida, buscados para o uso, ainda que limitando-se ao distanciamento, devido às restrições de proximidade. Para tanto, foram e são redutos que guardam a possibilidade de um espaço possível de utilização, em diferentes contextos.

Os espaços públicos sustentam diversos usos que, em contextos diferentes, podem qualificar a vida na cidade pelo convívio das pessoas, bem como proporcionam a experiência da urbanidade vivida em conjunto. As transformações ocorridas ao longo do tempo nas cidades, como indicado anteriormente, não necessariamente excluíram do espaço público as funções anteriores. Essa multiplicidade de usos, quando colocada em comum, pode proporcionar o mais significativo ganho da cidade: a tendência à reunião da diferença.

Na atualidade, o medo generalizado e o afastamento da possibilidade da indeterminação tendem a limitar os contatos em público, fomentando novas formas de sociabilidade, sobretudo em espaços fechados ou “semipúblicos”, que buscam reinventar ou readequar as formas relacionadas ao espaço, promovendo a segregação, como condomínios fechados e *shoppings* que se propõem a repelir a selvageria do mundo (FERREIRA, 2002). Ainda assim, a presença, em quantidade e qualidade, de espaços públicos de sociabilidade se mostra como importante demanda para boa parte da população, sobretudo as mais empobrecidas.

Observando as demandas mais gerais para os espaços públicos, sobretudo partindo da periferia de Ituiutaba, em um estudo realizado em bairros periféricos da cidade, Nascimento (2011) identifica a ausência de praças, de áreas verdes e de espaços de lazer como um problema para 77,9% dos entrevistados no Bairro Jardim Europa (total de 95 respondentes). O mesmo problema foi identificado por 60% dos entrevistados no Bairro Tupã (total de 84 respondentes), perfazendo-se, portanto, o principal problema relatado nesses dois bairros. Este foi o segundo problema relatado pelos entrevistados no Residencial Carlos Dias Leite, com 59,3% (total de 145 respondentes), ficando atrás apenas de problemas relacionados a asfalto, o que seria esperado na data (ano de 2011), tendo em vista que o bairro apresentava essa carência.

Ainda que a amostra da quantidade de bairros seja pequena, fica evidenciado que a presença de espaços de sociabilidade é uma demanda importante para a população. Para tanto, podemos agregar a presença desses espaços à qualidade de vida da população. De maneira complementar às demandas por espaços, existe a problemática das condições infraestruturais e de mobiliário, sendo necessário, também, pensar os espaços públicos qualitativamente na cidade. A deterioração pela perda qualitativa promove a fuga dos indivíduos do espaço público.

A partir do que foi enunciado até aqui, propomos, então, avaliar as praças de Ituiutaba considerando que este movimento é indispensável para a compreensão da dinâmica do espaço urbano, sobretudo do espaço público. Para tanto, é objetivo da presente proposta evidenciar as características atuais das praças de Ituiutaba. Também é base pensarmos o futuro desses espaços, haja vista a possibilidade de fundamentar o planejamento a partir da transformação das suas fragilidades e do desenvolvimento das suas potencialidades. Portanto, esse pensamento se vincula diretamente ao planejamento urbano dos espaços públicos.

O município de Ituiutaba, nossa base empírica, localiza-se no centro-norte do Triângulo Mineiro, distante 761 km da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021), a estimativa para o ano de 2021 foi de 105.818 mil habitantes. Considerando os resultados do último censo (IBGE, 2010), o município possuía população de 97.171, sendo que 93.125 pessoas moravam na área urbana e 4.046, na área rural.

Sobre a relevância de Ituiutaba no Pontal do Triângulo Mineiro, de acordo com o estudo realizado pelo IBGE apresentando a Região de Influência de Cidades (REGIC, 2007), a cidade em questão está inserida dentro da tipologia Centro Sub Regional B, atuando como centro de seu entorno próximo. Podemos considerar que a sede urbana do município se trata de uma cidade que assume funções importantes em sua microrregião, disponibilizando serviços de saúde e educação, polarizando outras de menor porte que a circundam, caracterizando-se por uma dinâmica que corrobora para sua relevância, no contexto local e regional.

De acordo com Nascimento & Melo (2010), Ituiutaba se apresenta como a cidade com maior desenvolvimento no Pontal do Triângulo Mineiro, fato que pode ser identificado a partir da instalação de empresas do setor agroindustrial (beneficiamento de leite, frigorífico e usina sucroalcooleira) e também é evidenciado quando consideramos as instituições públicas de ensino superior instaladas atualmente no município, sendo: a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM).

Tratando especificamente de nosso objeto de estudo, as praças da cidade, de acordo com a Prefeitura Municipal de Ituiutaba, através do mapa do ano de 2020, a cidade em questão conta com 63 praças. No entanto, tendo como referência do trabalho de Pereira (2019), e após a realização de atividades de campo em 2021, delimitamos nosso universo para 31 praças (Figura 1), tendo em vista as condições mínimas de uso desses espaços.

Devido às características da cidade em questão, bem como pela quantidade e diversidade de praças selecionadas, acreditamos que nosso estudo pode proporcionar bases relevantes para a promoção de avaliações semelhantes, mas, principalmente, contribuir para o planejamento local através dos dados obtidos e espacializados.

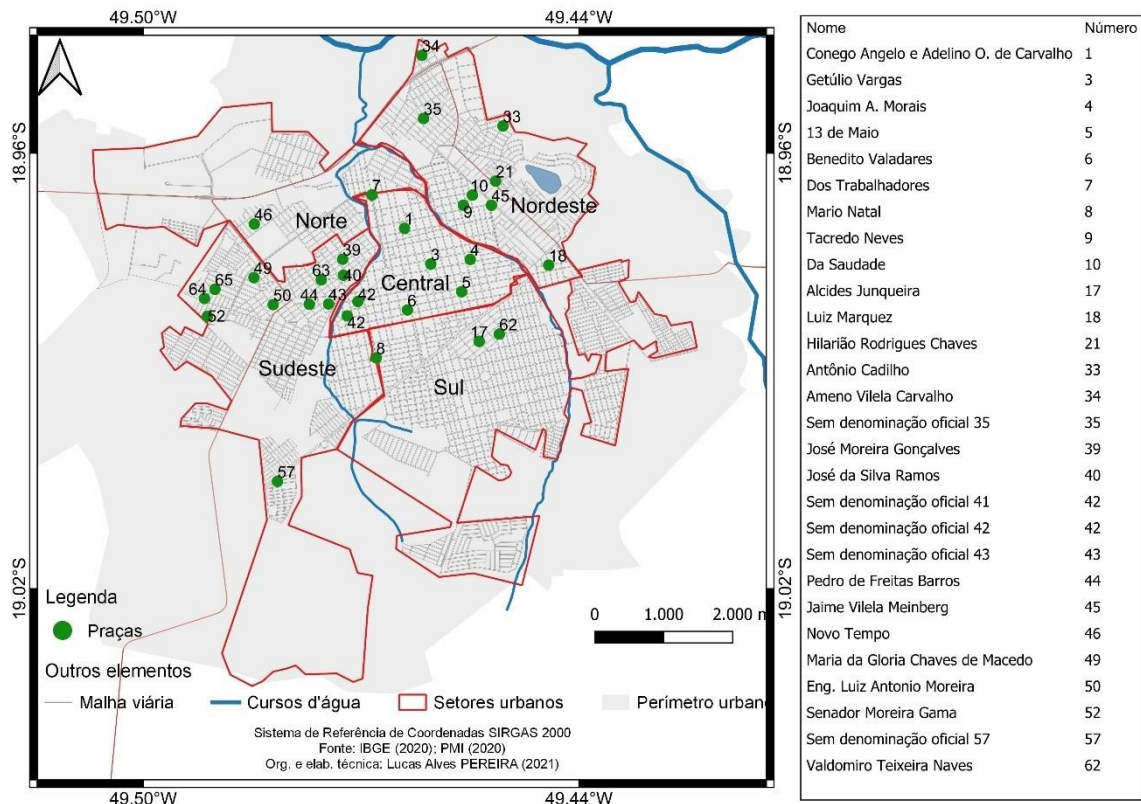
METODOLOGIA

Antes de adentrarmos propriamente nos resultados empíricos de nosso trabalho, demonstraremos o que entendemos por praça: uma forma urbana que perpassa a história da cidade desde seus primórdios. Esses espaços são plurais em diversidade de uso, infraestrutura, tamanho, função, formato etc. Para tanto, recorreremos à bibliografia concernente à sua definição, a qual procura contemplar a diversidade de praças nas distintas escalas de cidades.

Buscamos reconhecer o vínculo entre o conceito de praça na cidade, ou seja, um espaço público que historicamente foi alterado enquanto parte de um imaginário e os aspectos físicos, sobretudo em seus componentes infraestruturais e mobiliários. Pensamos que esse caminho nos permitirá melhor apreender as características encontradas atualmente, tornando mais acurada a avaliação das praças em Ituiutaba. Nessa perspectiva, orientamos nossa pesquisa bibliográfica em termos teóricos, a partir dos conceitos de “espaço público”, “espaços livres”, “praças” e “áreas verdes”.

Sabendo que o espaço público e, conseqüentemente, a praça, é um produto social, interpretamos seu estado atual como um acúmulo das funções pretéritas e sua atualização constante; sendo assim, é passível de interpretação como espaço dotado de múltiplas funções. Essas funções vinculam-se à produção do espaço urbano como um todo, e dessa maneira, fazem parte deste processo a população, o Estado e os agentes de capital privado. Assim, as funções se manifestam a partir das relações entre a produção do espaço e o uso.

Figura 1 – Localização das praças avaliadas em Ituiutaba (MG)



Fonte – IBGE, 2020; PMI, 2020. Adaptação: PEREIRA, L. A., 2021.

Dessa forma, procurando avaliar as praças a partir de suas múltiplas funções, nos amparamos no conceito de área verde urbana, sendo esta responsável por desempenhar funções ambientais, sociais e estéticas. Evidentemente, cada função é desempenhada diferencialmente em cada uma das praças, devido às condições geográficas de localização, extensão (área), acessibilidade e visibilidade, mas, principalmente, a partir da relação entre a vegetação e a permeabilidade do solo, da disposição dos equipamentos e mobiliário e, também, das condições e composições paisagísticas.

Outro aspecto deve ser evidenciado sobre as praças e os usos determinados e possíveis. As funções que indicamos se apresentam como uma proposição espacial que, ao ser apropriada, conforma uma experiência produtora de lugares, ativando o espaço público e fomentando a continuidade, por meio dos usos. Desta maneira, o processo de realização das funções se torna dialético, sendo mediado pela prática, findando na experiência espacial.

As formas e a constância da apropriação de certos espaços são influenciadas a partir das condições em que se apresentam cada praça. Para tanto, a paisagem, representada pela composição e organização do mobiliário, dos elementos vegetais, conservação e limpeza, faz parte de um processo de subjetivação, podendo estruturar o cotidiano urbano.

Destacamos, então, que esta proposta faz parte de um primeiro momento de apreensão da produção das praças na cidade de Ituiutaba, sendo aquele que envolve a constatação das características principais e que acabam por envolver uma classificação a partir da avaliação. Também consideramos que a qualidade dessas praças pode influenciar significativamente a produção de experiências que levem ao uso constante desses espaços. Entendemos que a experiência enquanto produto da apropriação está imbricada na realização das funções das áreas verdes, com os respectivos usos.

Nesse sentido, o percurso da coleta indireta e direta de dados pode ser demonstrado sistematicamente a partir das seguintes etapas: utilização de base prévia trabalhada em Pereira (2019); seleção das praças equipadas minimamente com infraestrutura urbana; identificação das áreas a serem avaliadas a partir do mapa oficial da Prefeitura Municipal de Ituiutaba (PMI) do ano de 2020; investigação prévia das praças para comprovação da situação; elaboração de ficha de avaliação adaptada a partir de De Angelis, Castro & De Angelis Neto (2004) e Souza & Amorim (2019); nova investida em campo para

avaliação; tratamento dos dados em tabelas em Excel; exportação das tabelas para o software livre Qgis; e espacialização dos dados obtidos.

A praça enquanto espaço livre urbano ou área verde urbana

Para Robba e Macedo (2010, p. 15), “inúmeras são as definições referentes ao termo praça. Mesmo havendo divergências entre os autores, todos concordam em conceitua-la como um espaço público e urbano”. Enquanto uma possível delimitação física da esfera pública, como citado anteriormente, a história da praça remonta à Ágora grega. De acordo com Queiroga (2012, p. 57), desde então, a praça “comportou e comporta ainda hoje uma gama quase incontável de usos: da troca de ideias à troca de mercadorias, etc.”. Para Galender (1992, p. 114), a praça foi e “é o local de reuniões, notícias e intercâmbios. Convivem o mercado, os torneios e competições, as reuniões e as cerimônias públicas”. O autor segue dizendo, ainda, que

A praça poderia ser caracterizada fisicamente como uma manifestação espacial resultante da malha urbana e tradicionalmente presente desde a cidade medieval (ou mais remotamente, desde a ágora grega e o fórum romano), assumindo diversas formas de expressão, porém sempre produto de uma necessidade funcional mais ou menos evidente, de caráter civil, militar ou religioso (GALENDER, 1992, p. 113-114).

As formas de expressão das praças são manifestadas a partir da configuração espacial interna de cada praça, bem como pela maneira e pelo lugar onde está inserida na malha urbana, tendo assim um componente socioespacial que provém do entorno, que faz parte significativa do convívio em espaço público. Ressalta-se, ainda, a presença de edifícios públicos e privados localizados em algumas praças. Dessa maneira, aquilo que se encontra em uma praça tende a ter relação direta com as condições do lugar onde está inserido.

A configuração espacial interna e como cada praça está inserida na malha urbana deve se orientar para o fomento ao convívio social, que se dá pela ampla acessibilidade.

O convívio social no espaço público está intimamente relacionado às oportunidades de acesso e uso, o que depende de um desenho “interno” coerente e de um desenho “externo” – as ruas e o tráfego da área – adequado. A articulação com o tecido urbano, isto é, a conexão entre espaços urbanos variados, da praça e do entorno, é uma de suas funções originais e essenciais (ALEX, 2011, p. 126).

A relação com o restante da cidade, articulando espaços a partir de usos diversos, sempre fez parte da natureza da praça; nesse sentido, as atividades ali desenvolvidas possuem tempos diferenciados, podendo ser de maior duração, sobretudo as atividades formais advindas da institucionalidade; mas também efêmeros. De acordo com Gomes (2014, p. 122-123), “a mesma praça que de dia é um território de descanso e amenidade do espetáculo da vida pública pode, à noite, transformar-se em terreno de uma gangue em luta contra a polícia”.

Sendo espacialmente e temporalmente diversa, de maneira sintética, podemos entender

a praça como um “espaço livre da cidade”, voltado essencialmente ao encontro público, um momento da esfera de vida pública. A dimensão pública dos encontros que caracterizam a praça não é única. As praças, como sínteses dos lugares, são específicas, como o são os lugares (QUEIROGA, 2012, p. 56).

No Brasil, seguindo a tendência portuguesa, a praça faz parte indissociável da gênese e consolidação da cidade e denota um conjunto de relações urbanas e públicas, de convívio e sociabilidade. A maioria das cidades brasileiras tem, em sua formação, a presença de praças como elemento organizador, tanto da morfologia da cidade como das atividades da população, sejam estas cotidianas ou eventos festivos. Assim,

A cidade [brasileira] nascente é essencialmente uma igreja e uma praça [...]. A praça serve de ponto de parada, onde as pessoas se divertem olhando, não ficando mais solitárias; fazer praça é o principal emprego do tempo dos habitantes; é a única ocasião que se tem de se pôr a roupa de domingo, segundo o costume do lugar; as casas que cercam a praça procuram ser luxuosas; elas fazem parte da festa, não são casas, mas palacetes e foram construídas pelos principais fazendeiros das cercanias, porque é um luxo ter-se fachada para a praça. O mais rapidamente possível, enfeita-se essa praça, traçam-se nela jardins, põe-se luz elétrica e é a ambição de toda cidade nova ter uma praça bem ajardinada e bem iluminada. A praça tem uma tal importância que muitas vezes essas aglomerações são chamadas de praças e não de cidades (DEFFONTAINES, 2004, p. 132-133).

A herança portuguesa, em grande medida, orientou a construção das praças no Brasil. No entanto, desde o século XX, outras formas foram implementadas promovendo a diversidade das paisagens das praças brasileiras. Ainda que não seja nosso objetivo traçar um quadro evolutivo sobre as tendências de arquitetura e urbanismo e seu impacto nas praças, se faz necessário evidenciar dois momentos significativos no que concerne à organização e ao fomento de usos específicos nas praças brasileiras.

O surgimento da praça ajardinada [século XVIII] é um marco na história dos espaços livres urbanos brasileiros, pois altera a função da praça da cidade. O mercado foi transferido para edificações destinadas a atividades comerciais; as demonstrações militares de poder perdem força no Brasil republicano não acontecem mais nos largos e campos, deslocando-se para as grandes avenidas. Assim, a praça-jardim deixa de ser – como eram, no período colonial, o largo, o terreiro e o adro da igreja – o palco da vida mundana e religiosa, civil e militar da cidade. Praça agora é um belo cenário ajardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 28-29).

Por outro lado, desde a década de 1940, segundo Macedo (1995), ocorre a incorporação de equipamentos que fomentam o lazer ativo e a modificação da composição vegetal das praças, passando a priorizar espécies nativas. Suprimem-se, então, “os motivos pitorescos, como fontes e esculturas neoclássicas” (MACEDO 1995, p. 26). Essas transformações se manifestam diferencialmente nas mais diversas escalas da cidade, sendo mais bem percebidas nas praças centralizadas na urbe.

Considerando o lazer e o tempo livre, ao fazer uma analogia de distintas características de espaços livres (públicos) e o que se buscam neles com “produtos de primeira necessidades”, Jacobs (2011) evidencia que os elementos vinculados a atividades ativas, como mobiliário, equipamentos comunitários, eventos artísticos e culturais, são indispensáveis para mobilizar o uso frequente e diverso do espaço público, indicando que os aspectos paisagísticos, ainda que importantes, não se enquadram como mobilizadores e, portanto, são complementares.

Sobre as características imputadas dos espaços livres públicos e a relação com o planejamento e os planejadores, Jacobs (2011) indica que estão mais preocupados com a instituição e distribuição, sem o envolvimento de critérios que justifiquem sua presença. Novamente, isso remete ao fato de que mais do que se apresentarem quantitativamente, parques e praças necessitam de qualificações que ensejem o uso, que atraiam vizinhança, mas, ainda, se possível, que atraiam a diversidade que vai além da de seu entorno próximo.

Quando se pensa pragmaticamente a cidade e os espaços que podem qualificá-la, rapidamente surge a concepção nos mais diversos meios que, ao dispor de áreas livres em grandes quantidades e espalhadas ao longo da malha urbana, garantem à cidade ganhos qualitativos. Ocorre que o simples fato de existirem não confere aos espaços livres a apropriação pela população.

No planejamento urbano ortodoxo, as áreas livres dos bairros são veneradas de uma maneira surpreendentemente acrítica [...]. Se perguntarmos a um construtor como fazer para melhorar seu projeto na cidade tradicional, ele responderá, como se fosse uma virtude patente: Mais Áreas Livres. Se perguntarmos a um técnico sobre os avanços nos códigos de zoneamento progressistas, ele mencionará, mais uma vez como uma virtude patente, os incentivos a Mais Áreas Livres. Se andarmos com um planejador por um bairro desvitalizado, já marcado por parques vazios e jardins descuidados cheios de papéis velhos, ele vislumbrará um futuro de Mais Áreas Livres. [...] as pessoas não utilizam as áreas livres só porque elas estão lá, e os urbanistas e planejadores urbanos gostariam que utilizassem (JACOBS, 2011, p. 109).

A ideia de espalhar espaços livres de qualquer maneira e a qualquer custo se junta ao fato de que, no Brasil, com a Lei de Parcelamento de Solo Urbano (Lei n.º 6.766/79), novos loteamentos são obrigados a reservar áreas destinadas a espaços livres de uso comum. A junção desses elementos contribui significativamente para a surgência de praças genéricas – tomando emprestado de Jacobs (2011) o termo “parques genéricos” – ou, ainda, somente para a presença de espaços livres sem mínimas condições de uso.

Antes que ocorra um mal-entendido, acreditamos que a Lei de Parcelamento é um elemento indispensável para a estruturação de um espaço urbano mais equilibrado. O que chamamos a atenção é para o fato de que a simples demarcação de uma área, ou a produção em uma praça genérica, não acrescenta qualidade à cidade e aos respectivos bairros. Segundo Coccozza & Oliveira (2013, p. 28), “muitas praças só existem no papel e são desenhadas apenas para compor porcentagens, ao invés de

servirem a um pensamento urbanístico que as valorize, fato este que ocorre principalmente nas regiões periféricas”.

Ademais,

As cidades estão cheias de parques [praças] genéricos que não se justificam, mesmo que o bairro seja bastante movimentado. Isso ocorre porque alguns parques são por si só incapazes, pela localização, pelo tamanho ou pelo traçado (JACOBS, 2011, p. 126).

Juntamos a essas características a falta de equipamentos, de mobiliário e de incentivos que busquem atrair a população, sobretudo a do entorno. Para tanto, se faz necessário qualificar os espaços de sociabilidade de maneira a conferir atribuições que mobilizem a população a usá-los.

Em síntese, se um parque [praça] de bairro genérico não pode ser sustentado pelos usos derivados de uma diversidade natural e intensa da vizinhança, precisa ser convertido de parque [praça] genérico [a] em parque [praça] específico[a]. Uma diversidade de usos verdadeira, que atraia naturalmente uma sucessão de frequentadores diferentes, deve ser introduzida deliberadamente dentro do próprio parque [praça] (JACOBS, 2011 p. 128).

De acordo com as considerações sobre a praça feitas aqui, até o momento, podemos inferir que, conceitualmente, estas manifestam um caráter amplamente generalizado de espaço público que dificulta a operacionalização em estudos e o planejamento. Para tanto, em grande medida, a denominação de uma forma urbana enquanto praça tende a atender a critérios excessivamente abrangentes, não se orientando por conceitos e critérios que busquem representar, inicialmente, a praça enquanto espaço de sociabilidade na complexa cidade contemporânea.

A conceituação vigente no que se refere à abordagem de praças e parques faz com que, em realidade, a denominação empregada tenha caráter muitas vezes arbitrário e vinculado a uma imagem superada e, portanto, restritiva, na medida em que limita a leitura de novos fenômenos espaciais que ocorrem nas cidades. Mais importante ainda, é o impedimento de um aprofundamento teórico e experimental por parte dos profissionais produtores e críticos dos espaços de uso coletivo (GALENDER, 1992, p. 117).

Ainda para Galender (1992), a apropriação humana como critério de conceituação pode se apresentar como elemento imprescindível a ser apreendido na compreensão dos espaços urbanos, sobretudo, os públicos, “pois a expectativa e a atuação efetiva do usuário refletem-se diretamente sobre o espaço, juntamente com a acelerada transformação da cidade, apoiando a redefinição dos espaços de uso coletivo” (GALENDER, 1992, p. 118). No entanto, apenas a apropriação em ato, ainda que este seja o elemento mais importante a ser compreendido no espaço público, é insuficiente para compreendermos a dinâmica pública, pois esta, por vezes, é efêmera, dificultando a compreensão da potencialidade dos espaços.

Pensamos, então, que além da apreensão da apropriação, é necessário avaliar as condições de uso de cada praça, sobretudo a partir da estrutura interna, mobiliário e equipamentos comunitários, relacionando esses elementos e a indissociabilidade com a apropriação ou ausência dessa apropriação pelo entorno.

A estrutura interna impacta diretamente nas questões funcionais das praças, conduzindo a duas segmentações: espaços livres ou áreas verdes urbanas. Os espaços livres de edificação não necessariamente são compostos por vegetação ou permeáveis. As áreas verdes urbanas, sendo mais complexas, atendem a funções ambientais, sociais e estéticas. Toda área verde urbana é um espaço livre, mas nem todo espaço livre é uma área verde urbana; ambos compõem um conjunto sistêmico que se relacionam entre si e com os espaços construídos, independentemente da forma que se manifestam (COCOZZA; OLIVEIRA, 2013).

Relativamente menos complexo, segundo Magnoli (2006), o espaço livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso), enquanto as áreas verdes urbanas são desdobramentos dos espaços livres aos quais foram atribuídas as funções ambientais, sociais e estéticas.

Considerando a função estética de uma área verde urbana, ela está intimamente ligada à subjetividade. Segundo Teixeira & Santos (2007), os aspectos estéticos se dão a partir das combinações de formas e cores da vegetação, arbustos educados por podas drásticas – para formar figuras (a partir da topiaria), além de canteiros floridos. “A função estética ocorre quando um ambiente se torna agradável e atraente a todos os cidadãos, estando, portanto, intimamente ligadas à diversificação da paisagem” (MINAKI, 2007, p. 40).

A função ambiental, ora tratada como ecológica, se vincula aos benefícios advindos do balanço físico e químico proporcionado pela vegetação e pela permeabilidade do solo. Para Cavalheiro e Del Picchia (1992, apud BOVO, 2009, p. 47), essa função se dá pela “melhoria da qualidade ambiental na cidade, evitando a impermeabilização do solo; ademais, a vegetação retém a poeira urbana, proporciona sombra, melhora a temperatura na cidade e atrai a fauna”.

As áreas verdes urbanas,

agindo sobre obstáculos contra o vento, protegem a qualidade da água e solo, proporcionam o equilíbrio do índice de umidade, reduzem os ruídos filtram o ar, dão suporte para a fauna e promovem melhorias no clima da cidade, proporcionando conforto térmico aos habitantes, devido ao efeito sombra e as amenidades provenientes da vegetação. [Também] quando absorvem os gases poluentes, filtrando o ar e liberando oxigênio e quando funcionam de barreira, reduzindo o volume dos ruídos, entre outros (MINAKI, 2007, p. 40).

A função social remete às características ligadas ao uso dado pela população. Para tanto, a função social se realiza quando a área verde urbana oferece um conjunto de “possibilidades aos cidadãos [para] utilizarem o tempo livre caminhando, descansando, brincando, expondo-se ao sol, conversando com outras pessoas, praticando esportes, entre outras atividades” (MINAKI, 2007, p. 40). Para a função social, devem ser considerados, também, o uso como trilhas para caminhadas, bancos para descanso, playgrounds, espaços para manifestações artísticas (TEIXEIRA; SANTOS, 2007), ou seja, todo e qualquer equipamento ou mobiliário que permita a permanência e o uso da área verde urbana pela população.

Entendendo que a função social, em grande medida, é desempenhada a partir da relação entre a estrutura interna da área verde urbana e seu entorno próximo ou distante, tendo em vista que a simples disposição de equipamentos e mobiliário não perfaz o uso, nos ateremos à capacidade da realização da função social ser realizada a partir de sua configuração.

As funções citadas, em seu conjunto, compõem uma paisagem, um elemento objetivo que influencia a subjetividade, produzindo lugares a partir da experiência. A relação entre paisagem e lugar, junto à experiência é tratada, sobretudo, por Serpa (2005; 2014; 2020). “A experiência da paisagem também é estética. Uma experiência que se consolida a partir de diferentes pontos de vista/apreensão e que nos fazem apreender paisagens como “belas” (SERPA, 2020, p. 102). De maneira complementar, “construímos nossos lugares em processos cognitivos complexos [...]. Somos de fato afetados pelos lugares que criamos/produzimos em nosso cotidiano e por sua Geografia, plena de referenciais (arquitetônicos e urbanísticos, mas também “naturais” (SERPA, 2020, p. 103).

Desta maneira, a perspectiva de avaliação se refere também à capacidade de proporcionar experiências que as praças em questão podem proporcionar, constituindo espaços públicos que conjugam o habitar e a urbanidade.

Avaliação de espaços livres urbanos e áreas verdes urbanas

Atualmente, as praças se manifestam a partir de múltiplas funções. Orientamos nossa avaliação para a apreensão dos elementos ambientais, sociais e estéticos. Os subsídios para esta proposta foram encontrados a partir dos trabalhos de De Angelis, Castro & De Angelis Neto (2004), que propõem uma metodologia que busca ser ampla para a avaliação de praças brasileiras, sobretudo por considerar elementos mais gerais. Foi utilizada, também, a proposta indicada por Souza & Amorim (2019), cuja construção da avaliação se deu a partir da reunião de diversos estudos, permitindo a proposição de um índice avaliativo de áreas verdes públicas. Desse modo, para nossa proposta, foi construída uma ficha adaptada (Quadro 1) a partir dos autores citados.

Quadro 1 – Levantamento qualitativo e quantitativo dos elementos a partir das funções ambiental, social e estética e do respectivo índice individual de cada função

Nome							
Localização							
Funções	Ambiental (A)	Elementos		Classe	Valores	Índice	
		Área (a)	13780 - 18375m ²	Boa	1		$A = \frac{(a + b) + c}{2}$
			9187 - 13779m ²	Satisfatória	0,66		
			4593 - 9186m ²	Ruim	0,33		

			0 - 4593m ²	Péssima	0	
		Cobertura predominante do solo (b)	67 - 100 %	Boa	1	
			34 - 66 %	Satisfatória	0,66	
			1 - 33%	Ruim	0,33	
			0%	Péssima	0	
		Disposição espacial e densidade da vegetação arbórea na área verde (c)		Boa	1	
				Satisfatória	0,66	
				Ruim	0,33	
				Péssima	0	
		Elementos		Classes	Valores	Índice
	Social (S)	Bancos		Boa (acima da média)	1	S = número de elementos em relação à média geral 7.
		Iluminação				
		Bebedouros				
		Banca de revista, chaveiro, ou comércio similar				
		Parque infantil ou brinquedos				
		Chafariz, fonte ou espelho d'água		Satisfatória (na média)	0,66	
		Coreto				
		Edifício institucional		Ruim (abaixo da média)	0,33	
		Estacionamento próprio				
		Área livre que possibilite a prática recreativa		Péssima (não existe)	0	
		Lixeiras				
		Mesa de jogos				
		Obras de arte				
		Ponto de ônibus				
		Ponto de taxi				
		Quadra poliesportiva				
		Campo de futebol				
		Outro equipamento esportivo				
	Rampa de Skate					
	Quiosque de alimentação					
	Sanitários					
		Elementos		Classe	Valores	Índice
	Estética (E)	Composição paisagística (d)		Boa	1	$E = \frac{d + e + f}{3}$
				Satisfatória	0,66	
				Ruim	0,33	
				Péssima	0	
		Conservação (e)		Boa	1	
				Satisfatória	0,66	
				Ruim	0,33	
				Péssima	0	
		Limpeza (f)		Boa	1	
				Satisfatória	0,66	
				Ruim	0,33	
				Péssima	0	

Fonte – De Angelis, Castro & De Angelis Neto, 2004; Souza & Amorim, 2019. Adaptação: PEREIRA, L. A., 2021.

Para a função ambiental, foi utilizada a relação entre a área total e a cobertura permeável do solo. Também, como preconizado por Souza & Amorim (2019), foram trabalhados os elementos disposição e densidade arbórea:

[Área (m²)] – A área tem grande importância por determinar os tipos de usos e equipamentos possíveis de serem estabelecidos. Também influência no traçado e na morfologia urbana. Este elemento foi quantificado através do software Qgis e imagem aérea (PEREIRA, 2019, p. 53).

[Cobertura do solo] – Este elemento é fundamental por permitir a infiltração superficial da água, bem como condicionar a cobertura vegetal (c.v.), desta maneira, determinando a função ecológica e participando da função estética. Permite também o uso da população sobre a cobertura vegetal rasteira, os gramados. Após a delimitação da área, por meio do software Qgis e imagem aérea, foi possível definir a porcentagem de áreas permeáveis em cada área verde urbana (PEREIRA, 2019, p. 53).

[Disposição espacial e densidade da vegetação arbórea na área verde] - imprescindível como componente básico e de forte atuação no âmbito da circulação atmosférica e demais aspectos ecológicos. [...] A densidade arbórea está intimamente ligada ao microclima, como visto por Pereira e Pereira (SOUZA; AMORIM, 2019, p. 55).

Em relação à função social, seguindo Souza & Amorim (2019), foram considerados os equipamentos e mobiliários capazes de atrair e sustentar a permanência de pessoas nas praças. A disponibilidade de diferentes tipos de mobiliários e equipamentos pode atender às necessidades de determinados grupos, tendo em vista a faixa etária ou as atividades realizadas nesses espaços (SOUZA; MORIM, 2019). Como parâmetro, foi utilizada a média geral, e, a partir dela, os valores para o índice avaliativo.

O mobiliário, os equipamentos e a estrutura considerados foram: bancos; iluminação; bebedouros; banca de revista, chaveiro ou comércio similar; parque infantil ou brinquedos; chafariz, fonte ou espelho d'água; coreto; edifício institucional; estacionamento próprio; área livre que possibilite a prática recreativa; lixeiras; mesa de jogos; obras de arte; ponto de ônibus; ponto de taxi; quadra poliesportiva, campo de futebol ou outro equipamento esportivo; rampa de skate; quiosque de alimentação; e sanitários.

A função estética foi avaliada a partir do critério paisagístico; para tanto, “realiza-se através da síntese dos elementos vegetais e mobiliário específico para o embelezamento, desta forma, sua qualidade está baseada nas condições estéticas apresentadas visualmente” (PEREIRA, 2019, p. 54). Buscando não nos perdermos em subjetividades, em nossa proposta a função estética refere-se, então, à composição entre vegetação, mobiliário e equipamentos, mas, também, a aspectos de conservação e de limpeza.

Por fim, tendo sido apreendidas a realização da função ambiental, social e estética das praças e atribuída a cada uma o índice individual, foi realizada uma síntese em forma de avaliação geral, considerando as três funções (Quadro 2). As classes e os valores foram mantidos como padrões.

Quadro 2 – Índice final de avaliação das praças partir das funções ambiental, social e estética

Avaliação Geral (I)	Funções	Classe	Valores	Índice	Val. Finais	Av. Final
	Avaliação Geral (I)	Ambiental (A)	Boa		1	$I = \frac{A + S + E}{3}$
Satisfatória			0,66			
Ruim			0,33			
Péssima			0			
Social (S)		Boa	1	0,33 – 0,65	Ruins	
		Satisfatória	0,66			
		Ruim	0,33			
		Péssima	0			
Estética (E)		Boa	1	0,66 – 0,82	Satisfatórias	
		Satisfatória	0,66			
		Ruim	0,33			
		Péssima	0			
					0,83 - 1	Boas

Fonte – Souza & Amorim, 2019. Adaptação: PEREIRA, L. A., 2021.

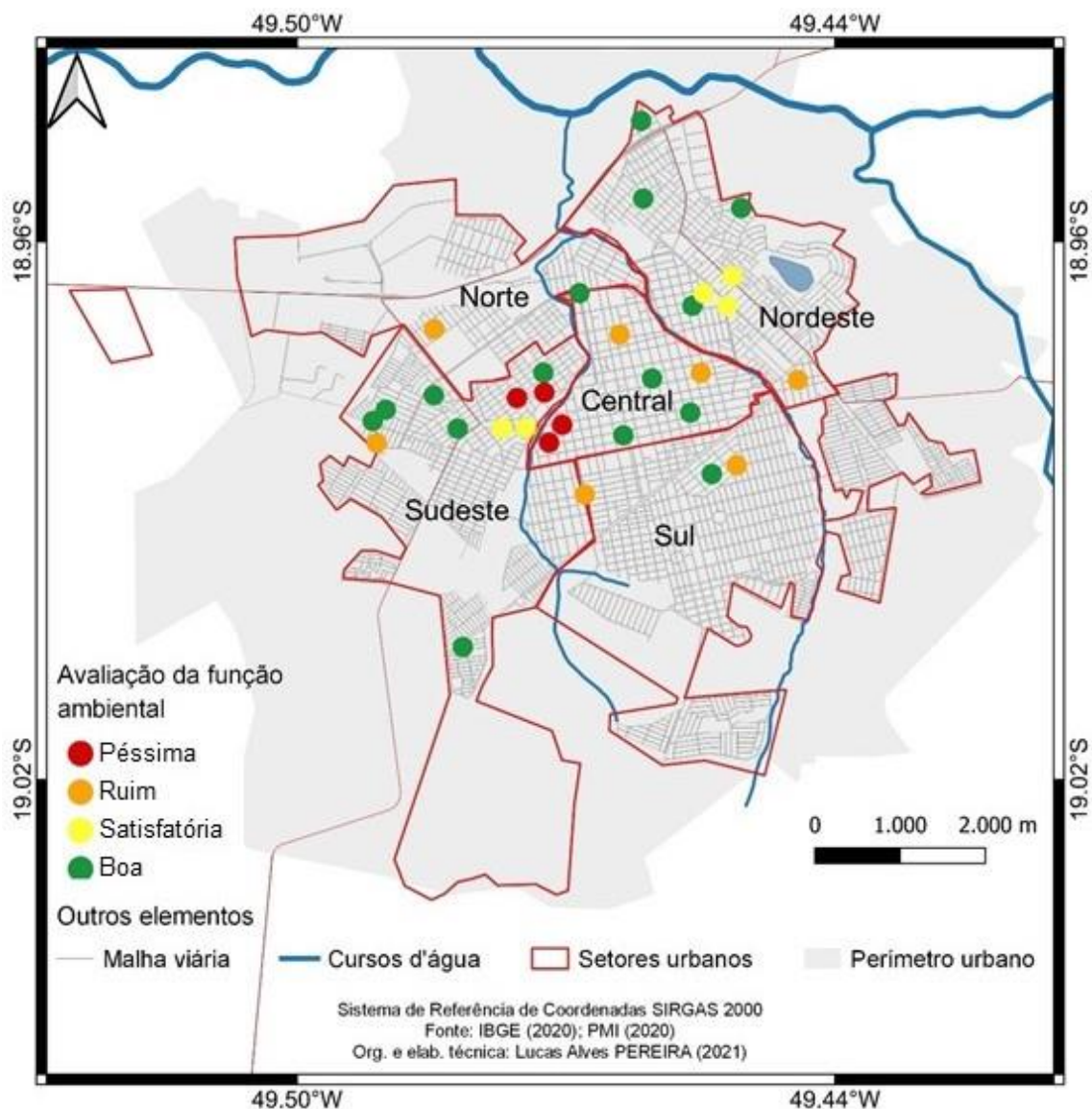
Tendo reunido o entendimento sobre espaço público enquanto praça a partir do desenvolvimento teórico, também uma possível maneira de avaliar uma praça a partir das funções das áreas verdes urbanas (individualmente e média das três funções), seguimos para a exposição dos resultados obtidos a partir da utilização da ficha e a espacialização dos dados, para melhor demonstração didática.

RESULTADOS

A partir das atividades de campo, onde foram coletadas as informações acerca dos elementos a serem avaliados, ocorreu, posteriormente, o tratamento dos dados apreendidos nas observações. Utilizando o software Qgis, foi possível elaborar um mapa específico para cada uma das funções delimitadas, considerando a avaliação das funções ambientais, sociais e estéticas.

Para tanto, em se tratando da função ambiental (Figura 2), observa-se que as praças estão bem distribuídas ao longo da malha urbana de Ituiutaba. Do total de 31 praças, 15 foram consideradas como “boas” (48,5%); cinco, como “satisfatórias” (16,0%); sete praças, elencadas como “ruins” (22,6%); e quatro praças foram avaliadas como “péssimas”, perfazendo 12,90% do total.

Figura 2 – Avaliação das praças de Ituiutaba (MG) a partir da função ambiental em 2021

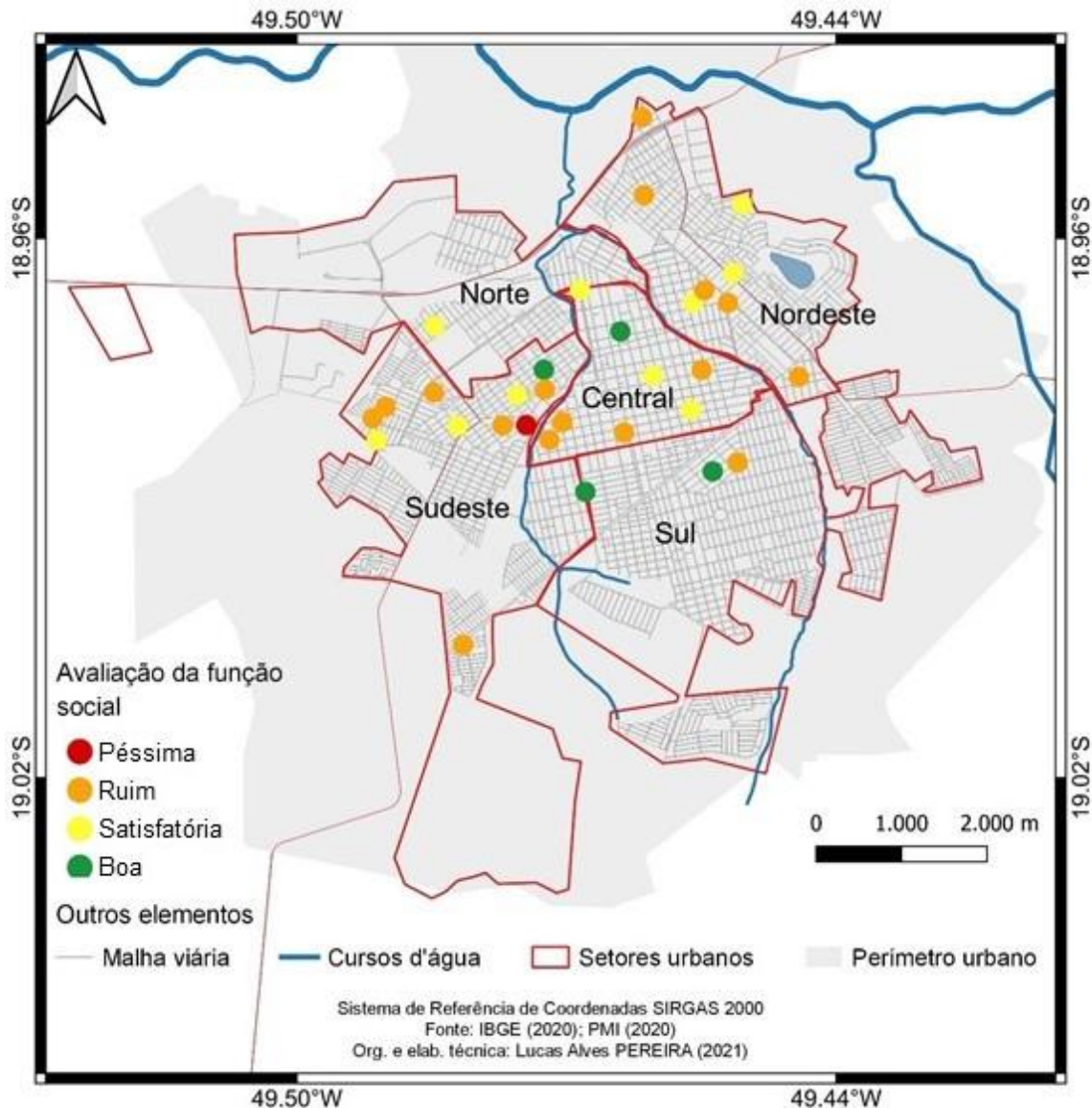


Fonte – IBGE, 2020; PMI, 2020; Atividades de campo, 2021. Adaptação: PEREIRA, L. A., 2021.

Esse resultado deve-se, sobretudo, ao fato de que o tamanho significativo e a permeabilidade do solo são características da maioria das praças, excetuando-se aquelas que surgiram como resíduos do traçado das ruas. Sobre a “disposição espacial e densidade da vegetação arbórea na área verde”, evidencia-se esse que elemento se mostrou equilibrado, apresentando pequenas discrepâncias, se consideradas todas as praças.

O mapa demonstrativo da função social (Figura 3) evidencia a centralidade e a precariedade neste quesito. Apenas quatro praças conseguem atingir a classe qualitativa “boa”, e dez se apresentam “satisfatória”. Portanto, mais da metade das praças abordadas (56,25%) estão em condições consideradas “ruins” ou “péssimas”, indicando o caráter urgente de intervenções neste sentido.

Figura 3 – Avaliação das praças de Ituiutaba (MG) a partir da função social em 2021

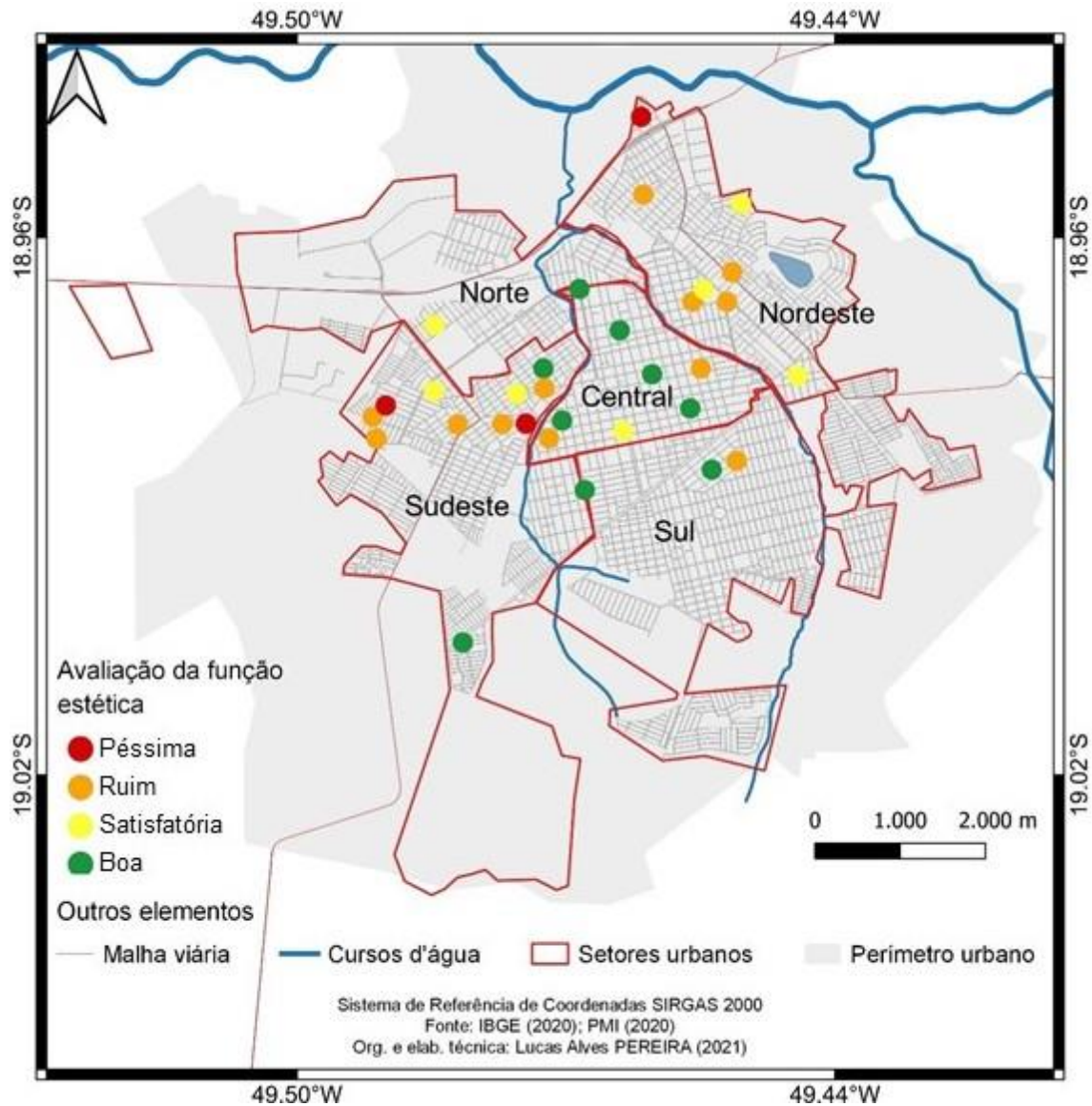


Fonte – IBGE, 2020; PMI, 2020; Atividades de campo, 2021. Adaptação: PEREIRA, L. A., 2021.

Como a função social se trata, mais precisamente, dos equipamentos comunitários e o mobiliário, nota-se, a partir dos critérios estabelecidos, a defasagem e a fraca distribuição dos investimentos públicos remetidos às praças da cidade. Em se tratando de elemento fundamental para os usos em espaços públicos, a função social deficiente implica em um espaço público dotado apenas de atividades passivas.

Por fim, considerando as funções de uma área verde urbana para avaliação das praças de Ituiutaba, chegamos à função estética (Figura 4). Devido a questões subjetivas, possivelmente esta foi a função mais difícil de ser objetivamente avaliada, sendo necessário recorrer a comparações entre as praças.

Figura 4 – Avaliação das praças de Ituiutaba (MG) a partir da função estética em 2021



Fonte – IBGE, 2020; PMI, 2020; Atividades de campo, 2021. Adaptação: PEREIRA, L. A., 2021.

Para tanto, considerando a composição paisagística, a conservação e a limpeza, aproximadamente metade das praças abordadas está delimitada entre as classes qualitativas “boas” e “satisfatórias”. As praças que foram melhor avaliadas estão situadas, principalmente, em áreas mais centrais, com exceção das praças localizadas nos bairros Novo Tempo II, Natal e Junqueira.

Procurando realizar uma síntese na forma de avaliação final das três funções (ambiental, social e estética) de uma área verde urbana, como indicado anteriormente, chegou-se ao índice da avaliação qualitativa (Quadro 3) a partir dos valores médios das funções.

Assim, foram identificadas três praças qualitativamente classificadas como “péssimas” (9,67%); dezesseis praças como “ruins” (51,61%); seis praças como “satisfatórias” (19,36%); e também seis consideradas como “boas” (19,36%). Portanto, se consideradas as praças “péssimas” e “ruins” como aquelas que necessitam de intervenção, vemos que são maioria em Ituiutaba, perfazendo 61,28% do total. Isso indica que é necessária uma maior atenção do poder público municipal a esses espaços.

De maneira a proporcionar uma aproximação à realidade encontrada em campo, considerando a avaliação realizada, a Figura 5 demonstra quatro espaços delimitados nos dois extremos dos critérios avaliativos. Do lado esquerdo, a Praça José Moreira Gonçalves (juntamente com a Caiapônia, localizadas no Bairro Progresso) e a Praça Mario Natal Guimarães (situada no Bairro Natal). A primeira

apresenta boa distribuição e densidade arbórea, quantidade significativa de áreas permeáveis compostas por gramíneas, boa diversidade e quantidade de mobiliário e equipamentos, compondo uma paisagem aprazível que se soma à limpeza e conservação. A segunda é fruto do projeto “Centro de Artes e Esportes Unificado” (CEU), portanto, corresponde ao modelo integrado de diversas atividades sociais, mas que também é amparada pela qualidade paisagística, conservação e limpeza de áreas permeáveis e pela presença de árvores que garantem a qualidade ambiental.

Quadro 3 – Relação das praças e a respectiva avaliação em 2021

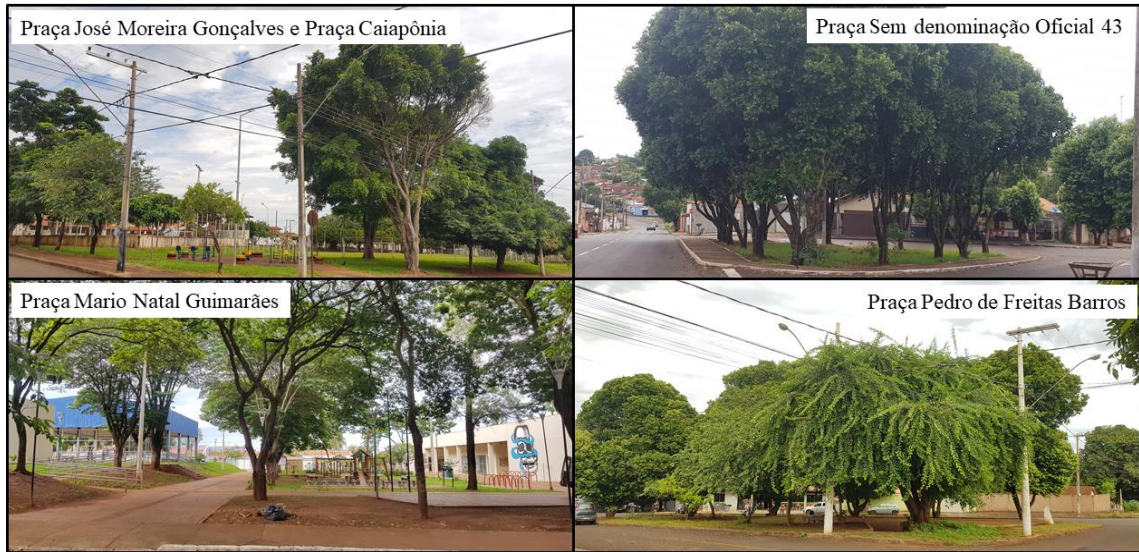
Nome da Praça	Localização	Avaliação
Alcides Junqueira	Junqueira	Boas
Cônego Ângelo e Adelino O. Carvalho	Centro	
Dos Trabalhadores	Setor Norte	
Getúlio Vargas	Centro	
José M Gonçalves e Caiapônia	Platina	
Mário Natal Guimarães	Natal	
13 de Maio	Centro	Satisfatórias
Antônio Cadilho	Bela Vista	
Benedito Valadares	Centro	
Engenheiro Luiz Antônio Moreira	Marta Helena	
Maria da Glória Macedo	Lagoa Azul I	
Tancredo Neves	Progresso	
Da Saudade	Progresso	Ruins
Hilarião Rodrigues Chaves	Ipiranga	
Joaquim Antônio de Moraes	Centro	
Luiz Marques	Novo Horizonte	
Novo Tempo	Alvorada	
Pedro de Freitas Barros	Marta Helena	
São Judas	Platina	
Sem Denominação Oficial 41	Centro	
Sem Denominação oficial 57	Novo Tempo II	
Senador Moreira Gama	Sol Nascente	
Sol Nascente	Sol Nascente	
Ameno Vilela Carvalho	Paranaíba	
Jaime Vilela Meinberg	Universitário	
Neném Zoccoli	Lagoa Azul I	
Sem Denominação Oficial 35	São José	
Valdomiro Teixeira Naves	Junqueira	Péssimas
José da Silva Ramos	Platina	
Sem Denominação oficial 42	Centro	
Sem Denominação Oficial 43	Marta Helena	

Fonte – PMI, 2020; Atividades de campo, 2021. Adaptação: PEREIRA, L. A., 2021.

Delimitadas do lado direito da Figura 5, duas praças avaliadas como “péssimas”. A primeira, no canto superior, está localizada no Bairro Marta Helena e se apresenta apenas como resíduo da organização da malha viária e que foi arborizada. No entanto, de maneira recorrente, são encontrados resíduos domésticos e de construção no local. Nesse sentido, a questão ambiental se torna comprometida. No canto inferior está a Praça Pedro de Freitas Bairros, que tem praticante toda sua área impermeabilizada, excetuando os pontos onde estão inseridas as árvores, não possuindo mobiliário e equipamentos que permitam o lazer ou qualquer outra forma de apropriação além do uso passivo, sendo que mesmo este é comprometido pela conservação, limpeza e paisagem, que se apresenta desagradável.

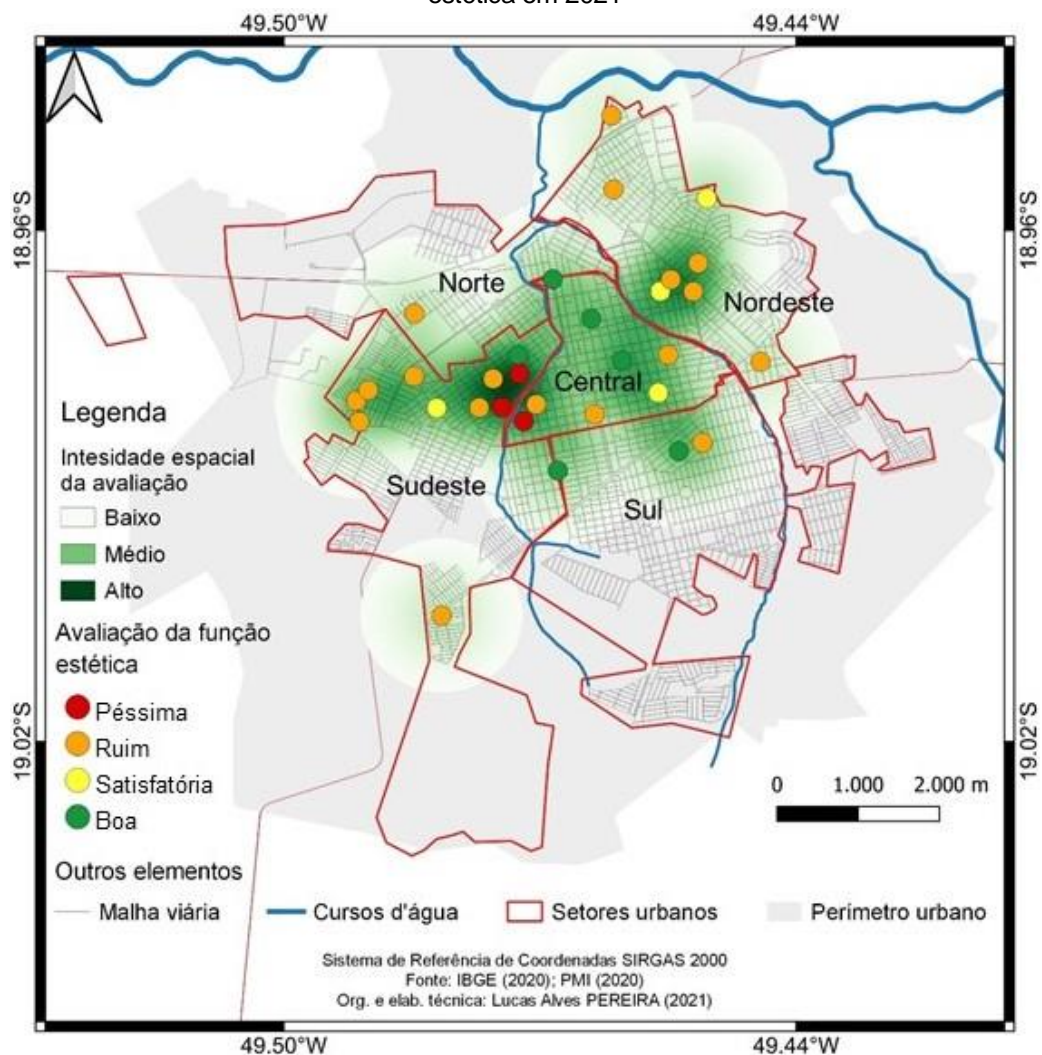
Demonstrando melhor a síntese na forma de avaliação geral, a Figura 5 confirma a espacialização centralizada das praças qualitativamente melhores, evidenciando o desequilíbrio e reforçando uma periferia carente destes espaços.

Figura 5 – Demonstração de duas praças avaliadas como "boa" (à esquerda) e duas como "péssimo" (à direita)



Fonte – Atividades de campo, 2022. Adaptação: PEREIRA, L. A., 2021.

Figura 6 – Avaliação das praças de Ituiutaba (MG) a partir da média das funções ambiental, social e estética em 2021



Fonte – IBGE, 2020; PMI, 2020; Atividades de campo, 2021. Adaptação: PEREIRA, L. A., 2021.

No mapa anterior (Figura 7), também foi indicada a intensidade espacial da presença das praças. Para que isso fosse demonstrado, consideramos um raio de 1000m relacionado ao índice obtido a partir da síntese da avaliação. Na medida que os tons em verde se intensificam, eles representam a espacialização das praças relacionadas ao lugar e ao entorno próximo.

Procuramos demonstrar que a proximidade de algumas praças proporciona o efeito de complementaridade, trazendo qualidade aos lugares onde ocorrem os tons em verde mais intensos. Por outro lado, o distanciamento das praças mais periféricas, nos extremos dos setores Sudeste, Nordeste e Norte, acaba por contribuir para a urgência de se pensar em intervenções nesse setores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As praças, enquanto componentes do espaço urbano, foram, ao longo de sua história, acumulando funções que foram atribuídas socialmente a elas. Carregam consigo os atributos da sociedade em que estão inseridas. Em suas características próprias, remontam uma arquitetura, paisagismo e infraestrutura (equipamentos e mobiliário) que baseiam determinados usos temporalmente específicos. Nesse sentido, pode-se apreender suas características funções ambientais, sociais e estéticas, perfazendo condições que promovam qualidade de vida para a cidade em que as praças estão em inseridas, mas principalmente para o entorno.

É relevante observar que a ausência das praças em algumas porções da cidade de Ituiutaba é uma característica importante para se avaliar a qualidade de vida da população. Durante as apresentações dos mapas, é notório que os bairros localizados mais ao sul não possuem praças, ainda que sem qualidade, mas passível de melhorias. Para tanto, mesmo que não tenha sido abordada especificamente essa questão, é importante que se visualize o quadro geral para que se promovam transformações que garantam mais que o ganho qualitativo individual, o acesso a espaços de sociabilidade, sobretudo para as frações mais pobres da sociedade.

Insistimos que os resultados demonstram que é significativa a centralidade das praças mais bem providas de funções ambientais, sociais e estéticas. Esse fato não deve ser entendido como palavra final sobre quais espaços são apropriados pela população, pois ainda que o uso esteja vinculado às condições do lugar, elementos como a acessibilidade simbólica e física são indispensáveis para se pensar os espaços públicos de sociabilidade. Ademais, estudos complementares na perspectiva de compreender especificamente a questão da “experiência” proporcionada por esses espaços às pessoas necessitam ser realizados para que se tenha um quadro amplo sobre cada lugar.

Por outro lado, o que foi encontrado a partir de nossa avaliação, por se tratar das condições mais gerais das praças, serve ao planejamento, por elaborar uma visão qualitativa do espaço urbano em Ituiutaba, sendo espacializada em forma de mapa, facilitando a compreensão tanto da população em geral quanto do poder público municipal.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, pelo apoio financeiro na modalidade bolsa de doutorado.

REFERÊNCIAS

ALEX, S. **Projeto Praça**: Convívio e exclusão no espaço público. 2. ed. São Paulo: Senac, 2011. 291p.

ALVAREZ, I.A. et. al. Comparação entre videografia e fotografia aérea para diagnóstico da vegetação em ambiente urbano de Piracicaba (SP). **Revista Árvore**. vol. 34, n.4., 2010.
<https://doi.org/10.1590/S0100-67622010000400014>

ALVAREZ, I.A. **Qualidade do espaço verde urbano: uma proposta de índice de avaliação**. Tese (Doutorado em Geografia). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2004. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11136/tde-22102004-165714/pt-br.php>. Acesso em 22 de nov. 2021.

ARENDRT, H. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. 352 p. (Tradução: Roberto Raposo).

- BARBIN, H. S. et al. Estudos dos espaços livres do bairro Santa Cecília, em Piracicaba, SP. **REVSB**, v.3, n.3. 2008. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/66360>. Acesso em 22 de nov. de 2021.
- BARGOS, D.C.; MATIAS, L. F. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **REVSB**, v. 6, n. 3, p.172-188, 2011. <https://doi.org/10.5380/revsbau.v6i3.66481>
- BENINI, S.M. **Áreas Verdes Públicas**: A construção do conceito e a análise geográfica desses espaços no ambiente urbano. 2009. 283 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/92855?locale-attribute=es>. Acesso em 22 de nov. de 2021.
- BOVO, M.C. **Áreas verdes urbanas, imagem e uso**: Um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá – PR. Tese (Doutorado em Geografia). FCT-UNESP, Presidente Prudente - SP, 2009. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105006>. Acesso em 20 de nov. de 2021.
- BRASIL. **Lei nº 6766**, de 19 de dezembro de 1979. Brasília, 19 dez. 1976. Dispõe sobre Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em de 19 de nov. 2021.
- BUCCHERI FILHO, A.T.; NUCCI, J.C. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. **Revista do Departamento de Geografia.**, n. 18, p.48-59, 2006. <https://doi.org/10.7154/RDG.2006.0018.0005>
- BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; TONETTI, Emerson Luís. Qualidade Ambiental nas Paisagens Urbanizadas. **Revista Geografar**, v. 6, n. 1, p.23-54, 2011. <https://doi.org/10.5380/geografar.v6i1.21802>
- CAVALHEIRO, F.; DEL PICHIA, P.C.D. Áreas verde: Conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1. 1992, Vitória. **Anais...** . Vitória: CBAU, 1992. p. 29 - 38.
- COCOZZA, G.P.; OLIVEIRA, L.M. Forma urbana e espaços livres na cidade de Uberlândia (MG), Brasil. **Paisagem e Ambiente**: Ensaios, p. 9-32, 2013. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i32p9-32>
- DE ANGELIS, B.L.D.; ANGELIS NETO, G. Os elementos de desenho das praças de Maringá - PR. **Acta Scientiarum**, v. 5, n. 22, p.1445-1454, 2000. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/download/3103/2230/>. Acesso em 13 de nov. de 2021.
- DE ANGELIS, B.L.D.; CASTRO, R.M.; ANGELIS NETO, G. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia Civil**, n. 20, p.57-70, 2004. Disponível em <http://www.civil.uminho.pt/revista/artigos/Num20/Pag%2057-70.pdf>. Acesso em 13 de ago. de 2021.
- DEFFONTAINES, P. Como se constitui no Brasil a rede de cidades. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 119-146, 2004. <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2004v1n1.12534>
- FERREIRA, W. R. **O Espaço Público nas áreas Centrais**: A rua como referência – um estudo de caso em Uberlândia MG-. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28042006-103725/pt-br.php>. Aceso em 19 de nov. de 2021.
- GALENDER, F.C. Considerações sobre a conceituação dos espaços públicos urbanos. **Paisagem e Ambiente**, [S.l.], n. 4, p.113-120, 1992. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i4p113-120>
- GIL DUARTE, D.A.B.; ZIANTONIO FILHO, V.L. Índice de área verde por habitante para o município de Timburi – SP. **Anais...** XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Crises, práxis e autonomia: espaços de resistência e esperanças, espaços de diálogos e práticas. Porto Alegre - RS, 2010.
- GOMES, M.R. **As praças públicas de Natal no âmbito dos problemas socioambientais urbanos**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRN, Natal, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18936>. Acesso em 17 de nov. de 2021.
- GOMES, P.C.C. **A condição Urbana**: Ensaios de Geopolítica da Cidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 304 p.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Unesp, 2014. 565 p. Tradução: Denílson Luís Werle.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades - 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada: IBGE**, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2021. em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em: 10 de dez. 2021.

ITUIUTABA. PREFEITURA MUNICIPAL. **Mapa dos bairros**. 2020.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3. ed. WMF Martins Fontes. 2014. Edição do Kindle.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2019. 178 p. Tradução de Sérgio Martins.

LIMA, A.M.L.P. et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994, São Luís. **Anais...** São Luís: CBAU, 1994. p. 539 - 553.

LOBODA, C.R. **Estudo das áreas verdes urbanas de Guarapuava – PR**. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Maringá. Curso de Pós-graduação em Geografia. Maringá, 2003.

LOBODA, C.R.; DE ANGELIS, B.L.D. Áreas verdes públicas urbanas: Conceitos, usos e funções. **Ambiência: Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p.125-139, 2005. Disponível em <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/157/185>. Acesso em 26 de out. de 2019.

MACEDO, S.S. Espaços Livres. **Paisagem e Ambiente**: Ensaios, São Paulo, n. 7, p.15-56, 1995. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i7p15-56>

MAGNOLI, M.M.M. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução à aspectos da paisagem metropolitana. São Paulo, 1983. Tese (livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1983. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/000716857>. Acesso em 04 de ago. de 2018.

MAZZEI, K.; COLESANTI, M.T.M.; SANTOS, D.G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 1, n. 19, p.33-43, 2007. <https://doi.org/10.14393/SN-v19-2007-9350>

MILANO, M.S. **Planejamento da arborização urbana**: relações entre áreas verdes e ruas arborizadas. In: Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana. Anais Curitiba: FUPEF. 1990.

MINAKI, M. **As praças públicas de Araçatuba/SP**: Análise de um indicador da qualidade ambiental urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT-UNESP, Presidente Prudente, SP, 2007. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96767>. Acesso em 27 de set. de 2020.

NASCIMENTO, P.A.G. **Dinâmica da Produção do Espaço Urbano e Habitação Popular na Cidade de Ituiutaba (MG)**: uma análise dos conjuntos habitacionais Jardim Europa, Residencial Carlos Dias Leite e Residencial Tupã. 2011. 107 f. Monografia (Graduação) – Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, FACIP, UFU, Ituiutaba, 2011. Disponível em <http://www.facip.ufu.br/sites/facip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Plinio%20Nascimento.pdf>. Acesso em 26 de nov. de 2019.

NASCIMENTO, P.A.G.; MELO, N.A. Ituiutaba (MG): Os agentes econômicos e a (Re)Estruturação da cidade na rede urbana regional. **Revista Horizonte Científico**. Uberlândia, EDUFU. vol. 4, n. 1, 2010. 35p. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4431>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.

NUCCI, J.C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). 2. ed. Curitiba: O Autor, 2008. 150p.

PEREIRA, L.A. **Áreas verdes urbanas**: um estudo a partir do espaço público em Ituiutaba, Minas Gerais - Brasil. 2019. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24382>. Acesso em 18 de mar. de 2020.

PEREIRA, L.A.; PEREIRA, L.B. **Áreas Verdes e Conforto Térmico: Um Estudo a Partir da Praça Getúlio Vargas em Ituiutaba (MG)**. In: XIII Simpósio Brasileiro De Climatologia Geográfica, 13., 2018, Juiz de Fora. **Anais...** . Juiz de Fora: PPGeo, 2018. p. 2096 - 2015.

QUEIROGA, E.F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. 284 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, USP, São Paulo, 2012. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/16/tde-07122016-101803/pt-br.php>. Acesso em 23 de jan. 2020.

ROBBA, F.; MACEDO, S.S. **Praças brasileiras**: Public squares in Brazil. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. 311 p.

SERPA, A. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019. 125 p.

SERPA, A. **Lugar, paisagem e experiência** / Place, landscape and experience. Geograficidade, 10(Especial), 99-105, 2020. Disponível em <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/38410/pdf>. Acesso em 29 de jul. de 2022.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 205 p.

SOUZA, M.C.C.; AMORIM, M.C.C.T. Índice de qualidade para avaliação de áreas verdes públicas. **Ateliê Geográfico**, Goiânia. v. 13, n. 1. p. 62-83, 2019. <https://doi.org/10.5216/ag.v13i2.54533>

TEIXEIRA, Í. F.; SANTOS, N.R.Z. Áreas de lazer públicas: caracterização qualitativa da cidade de Veranópolis (RS). **REVISBAU**, v. 2, n. 2, p.1-10, 2007. <https://doi.org/10.5380/revsbau.v2i2.66299>

TOLEDO, F.S.; MAZZEI, K.; SANTOS, D.G. Um índice de áreas verdes (IAV) na cidade de Uberlândia (MG). **REVISBAU**, v.4, n.3, 2009. p. 86- 97. <https://doi.org/10.5380/revsbau.v4i3.66415>

Recebido em: 11/05/2022

Aceito para publicação em: 17/08/2022